

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.097 - PE (2019/0037859-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : MARIA JOSE MACIEL
ADVOGADOS : NADIEJE WANDERLEY DE SIQUEIRA - PE020055
RAFAEL WANDERLEY DE SIQUEIRA ARAUJO E
OUTRO(S) - PE035237
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Maria José Maciel**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 198/199):

ANTIGO SERVIDOR DA GREAT WESTERN, FALECIDO EM 1963. PRETENSÃO DE FILHA MAIOR, CAPAZ E SOLTEIRA, AO RECEBIMENTO DE PENSÃO. NATUREZA PÚBLICA DO VÍNCULO DO ANTIGO SERVIDOR NÃO DEMONSTRADA. SUBMISSÃO DA RELAÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO REGIME GERAL. INEXISTÊNCIA DE DEPENDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À PENSÃO. APELAÇÃO PROVIDA. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.

1 - Os antigos servidores da Great Western, absorvidos pela RFFSA, malgrado a natureza autárquica desta última, eram submetidos ao regime celetista, até a Constituição de 1988 e a adoção do regime jurídico único;

2 - O pretense direito da recorrida dependeria do vínculo de seu pai com a Administração ser estatutário, o que não restou demonstrado na hipótese;

3 - Inexistência do direito de filha maior e capaz, ainda que solteira, de permanecer dependente de servidor público vinculado ao regime geral;

4 - Provimento da apelação para julgar improcedente o pedido. Prejudicado o recurso adesivo.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 228/230).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015 e 5º da Lei nº 3.373/1958. Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional. Defende o direito à pensão estatutária, porquanto preenchidos todos os requisitos legais. Afirma que "o instituidor da pensão em comento somente foi desligado

da RFFSA em 16/05/1963, com seu falecimento, conforme documento sob o Id. 4058307.2233293. Durante o período em que se encontrava na ativa, houve a encampação da The Great Western pela União, com sua transformação na Rede Ferroviária do Nordeste (RFN) e a transformação desta em subsidiária da RFFSA, nos termos da Lei n. 3.115/1957. Passando a Rede Ferroviária do Nordeste a ser subsidiária da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), seus funcionários, dentre os quais o instituidor da pensão, passaram a integrar a Administração Direta, fazendo jus aos benefícios vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)" (fl. 247).

É o relatório.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

De outro lado, a instância ordinária afastou a pretensão autoral ao pensionamento, sob a seguinte fundamentação (fls. 197/198):

Evidentemente que a matéria não é de fácil desate. O trato de tempo já decorrido desde o falecimento do servidor a que o benefício previdenciário se funda - mais de 50 anos - dificulta a visitação dos fatos vetustos, quando não impossibilita o resgate das normas incidentes sobre as relações jurídicas de há muito esgarçadas, inclusive pela incúria da promotente.

Note-se que além da morte do autor do benefício ser datada do início da segunda metade do século passado, o pai da recorrida teria servido a GREAT WESTERN, empresa extinta há quase um século, substituída pela REFFSA, também extinta há muito tempo. Tudo é difícil em casos deste jaez. Desde documentos e registros, de difícil resgate, até o sistema normativo, de imprecisa recuperação. Veja-se, por todos, o texto em que se escora a pretensão, inserido em dispositivo da Lei 3.373 de 1958.

A correta decisão da lide, no entanto, passa por uma premissa até certo ponto simples: qual o regime jurídico dos antigos servidores da Great Western, absorvidos pela RFFSA? E qual, em especial, o regime jurídico do pai da recorrida, Sr. Eduardo Rodrigues Maciel?

Para a autora, ora apelada, bem assim para a sentença, tratava-se de servidor público estatutário. Para a apelante, tratava-se do regime comum, Celetista.

A antiga Great Western era empresa privada, como também o era a RFFSA, ao menos a se raciocinar com as sutilezas e sofisticação próprias do Direito atual. Indicativo seguro disso encontra-se no "S/A", peculiares, ou por outra, privativo das sociedades anônimas, pessoas jurídicas de direito privado, quando muito integrantes da administração indireta, quando de capital totalmente público ou misto.

Contudo, na contra-mão da lógica viajam várias entidades. Sirva de exemplo os Correios, também uma companhia e de natureza autárquica. Neste passo é importante registrar que a RFFSA, apesar da terminação da denominação era, de fato, uma autarquia, criada por lei, com patrimônio e pessoal públicos e jungida a um serviço público especial. A própria União, seja na contestação, seja no apelo, não nega a natureza autárquica da RFFSA.

De outro lado, antes da Carta Política de 1988, as autarquias federais tinham seu pessoal, ora submetido ao regime estatutário, ora ao regime comum. Não raro, a mesma autarquia apresentava servidores públicos das duas espécies. É com a Constituição de 1988 que se adota o regime jurídico único obrigatório. E com a lei 8.112 é que a administração federal faz a escolha pelo regime estatutário.

Nomeado Juiz Federal logo após a Constituição de 1988, uma das causas que mais julguei foi a relativa a servidores de autarquias federais, principalmente os das universidades federais, antes celetistas e agora estatutários, para receberem os saldos do FGTS. Eram as famosas retiradas por mudança de regime jurídico. Quem examina a questão nos dias de hoje, imagina que os servidores das autarquias federais sempre foram estatutários. Trata-se de engano. A maioria dos servidores das autarquias federais eram submetidos ao regime celetista e optaram pelo regime estatutário, após a Constituição de 1988 e com autorização legal contemporânea à adoção do regime único.

No caso dos servidores da antiga RFFSA, o normal era que fossem celetistas, com suas aposentadorias pagas pelo INSS, tanto que lei especial lhes garantiu a complementação de seus proventos, a custa a União, para que recebessem na inatividade o mesmo que se pagava aos servidores da ativa e aos submetidos ao regime estatutário. Essa, aliás, é pretensão que

vem ao Judiciário com frequência, qual seja, a dos inativos da antiga RFFSA buscando a correta complementação de seus proventos.

No entanto, submetidos ao regime celetista e vinculados ao regime geral da previdência, não se há de falar em direito da filha maior, capaz, mesmo solteira, à manutenção de sua condição de dependente para fins previdenciários do antigo servidor. Talvez por isso mesmo a interessada tenha permanecido inerte por meio século, para só agora buscar uma pensão a que, com todos as vênias do ilustre Juiz sentenciante, não faz jus.

Se é verdade que existe servidores da antiga Great Western submetidos ao regime estatutário, não é menos verdadeiro que incumbe ao autor a demonstração do preenchimento dos requisitos necessários ao gozo do benefício que almeja. E no caso dos autos a condição de estatutário, do autor do benefício, não se acha provada.

Daí que deve ser crida a afirmação da Administração em sentido contrário, tanto em face da fé que merecem os documentos produzidos pela Administração, seja em face da natureza normal das coisas, a indicar o regime celetista como o comum à época, seja, enfim, pela espera descomunal da interessada, o que não seria de se supor se o direito efetivamente a socorresse.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015), observando-se, contudo, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

